



Impeachment ou morte: a configuração retórica de um evento polêmico no espaço público digital

Impeachment or death: the rhetorical configuration of a polemic event in the digital public space

Rodrigo Seixas

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, Mato Grosso do Sul / Brasil

rodrigoseixaspb@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-1116-3676>

Lucas Nascimento

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia / Brasil

mlucasnascimento@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-8642-4397>

Resumo: Neste artigo, objetiva-se analisar como se configura o evento polêmico em torno de algumas manifestações a respeito do ato polêmico iniciado pelo deputado federal Marcelo Freixo (PSOL), ao *tweetar* “Impeachment ou morte”, no *Twitter*. A análise será feita em diálogo com Paveau (2013), acerca do discurso digital, com os estudos retórico-argumentativos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e os estudos retóricos sobre a polêmica empreendidos por Angenot (2008, 2015), Nascimento (2018a) e Seixas (2019), a fim de delinear uma metodologia para a compreensão dos sentidos da polêmica no que se pode chamar de espaço público digital. Ao final, observa-se como se instauram os sentidos divergentes em torno do ato polêmico supracitado, o qual se torna *hashtag* de protesto e estratégia argumentativa para a construção do evento.

Palavras-chave: evento polêmico; retórica; espaço público digital.

Abstract: This article aims to analyze how the polemic event is set up around some manifestations regarding the polemic act triggered by the congressman Marcelo Freixo (PSOL), when tweeting “Impeachment or death” on Twitter. The analysis will be done in dialogue with Paveau (2013) about digital discourse, with the rhetorical-argumentative

studies of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), and with the rhetorical studies on the polemic undertaken by Angenot (2008, 2015), Nascimento (2018a) and Seixas (2019), in order to outline a methodology for understanding the meanings of the polemic in what can be called digital public space. At the end, we observe how the divergent meanings are established around the aforementioned polemic act, which becomes a protest hashtag and an argumentative strategy for the construction of the event.

Keywords: polemic event; rhetoric; digital public space.

Recebido em 01 de março de 2021

Aceito em 10 de maio de 2021

1 Introdução

Um pedido de *impeachment* de um presidente da República é, quase sempre, parte de uma polêmica. Desde o primeiro ano de governo, Jair Messias Bolsonaro já teve vários pedidos protocolados na Câmara de Deputados com certo apoio nas redes sociais, sobretudo no *Twitter*. Em 2019, por exemplo, no dia 09 de outubro, ao pedir impugnação da chapa que elegeu o presidente em 2018, a *hashtag* #ImpeachmentdoBolsonaroUrgente chegou ao topo dos *Trending Topics* (ROSCOE, 2019). Após o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, os pedidos de *impeachment* aumentaram de tal maneira que, no dia 14 de janeiro de 2021, somavam-se 61 pedidos recebidos pela Mesa da Câmara dos Deputados (KRÜGER, 2021). Nesse propósito de deposição, tem-se o *Twitter* como um espaço de reivindicação, de protesto, de maneira que pode se verificar *hashtags*, favoráveis e contrárias, como #impeachment, #impeachmenturgente, #impeachmentdobolsonarourgente (e suas variantes) de um lado, e #fechadocombolsanaro, #BolsonaroAte2026, #BolsonaroOrgulhoDoBrasil de outro.

O clima na Casa Legislativa para o impedimento, ainda sob o comando de Rodrigo Maia (DEM), na Câmara dos Deputados, e Davi Alcolumbre (DEM) no Senado, não se mostrou de todo propício a ponto de o deputado Maia aceitar os pedidos, embora este discordasse de muitas atitudes do presidente Jair Bolsonaro, sobretudo a respeito da pandemia. No entanto, para os opositores do Governo, as atitudes negacionistas do presidente – que impediu, ou ao menos atrasou, o combate mais ágil e eficaz à pandemia – eram mais do que suficientes para gerar clima político para o avanço do pedido de *impeachment*.

Nesse cenário, diante dos descalabros governamentais a propósito da situação sanitária nacional, em especial da situação caótica vivida em Manaus, um ato polêmico toma a cena. No dia 15 de janeiro de 2021, o deputado federal, Marcelo Freixo (PSOL), *tweetou* a seguinte frase: “Impeachment ou morte”. Apesar de aparentemente simples, tal enunciado gerou interpretações díspares. Se, de um lado, os opositores do presidente interpretaram o enunciado como um alarme ao que se teria (mortes), caso o governo continuasse agindo como está a respeito da pandemia, de outro, os seus apoiadores consideraram o *tweet* uma ameaça de morte ao chefe de Estado.

Diante dessa controvérsia de sentidos, é possível perceber que se tem início uma disputa discursiva, uma polêmica política no espaço público digital do *Twitter*, como de costume no Brasil ainda muito polarizado. Do lado dos opositores do presidente, o enunciado “Impeachment ou morte” torna-se a *hashtag* #impeachmentoumorte e esta passa a ser replicada, em tese, como forma de protesto às atitudes do presidente e de seu governo. Tem-se, assim, uma polêmica configurada no espaço do *Twitter*, sendo arregimentada pelas suas restrições e permissões enunciativas, o que gerou (e ainda gera) uma série de interações polêmicas digitais de modo muito característico.

A partir desse contexto, neste artigo, objetivamos analisar como se configura o evento polêmico no *Twitter* em torno de algumas manifestações a respeito do ato polêmico iniciado pelo deputado Marcelo Freixo (PSOL). Faz-se isso a partir da análise de *hashtags* e de alguns *tweets* aos quais se teve acesso por meio da ferramenta de busca (*explorar*) por *hashtag* do próprio *Twitter* no período do evento polêmico em questão, no mês de janeiro de 2021. Serão analisados 7 *tweets* ao total – 1 inicial (o próprio *tweet* do deputado Marcelo Freixo), 2 a favor do *impeachment* (contra Bolsonaro) e 4 a favor do presidente, nos quais alguns fenômenos discursivos e estratégias retórico-argumentativas figuram como importantes na definição dos efeitos de sentido dentro da polêmica, tais como: as analogias condensadas (relações metafóricas) e a atualização de certo arsenal argumentativo que resgata uma lógica conspiratória e um antissocialismo. Consideramos, a propósito, que os *tweets* podem ser tomados como argumentos, seguindo uma lógica própria dos argumentos, e que as *hashtags*, figurando sempre nos *tweets* analisados, funcionam, para além de organizadoras discursivas (metadados), como formas de protesto contra o presidente ou mesmo de sua defesa.

Para tanto, faremos uma análise retórico-discursiva em diálogo com o que se pode chamar de *espaço público digital* (CABRAL, 2015; FERREIRA, 2010; PINTO, 2017). Faz-se isso, procedendo a um deslocamento da noção e buscando dialogar os estudos de Paveau (2013) acerca do discurso digital e, em especial, do *Twitter*, com os estudos retórico-argumentativos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e os estudos retóricos sobre a polêmica empreendidos por Angenot (2008, 2015), Nascimento (2018a) e Seixas (2019), a fim de delinear uma metodologia para a compreensão dos sentidos da polêmica no espaço público digital.

2 Espaço público digital: um olhar retórico-discursivo

A primeira configuração de espaço público, ao que se tem registro, dá-se na Grécia Antiga. Lá, os cidadãos, leia-se homens livres e iguais, os retores por excelência, reuniam-se numa espécie de *Ágora*, com ajuda da retórica, para discutirem sobre diferentes questões da vida pública. No entanto, a ideia do que se compreende como espaço público, ao longo dos anos, vem sofrendo mudanças bastante consideráveis, e, à medida que evoluem as formas de interação nas redes sociais, pode-se falar atualmente de *espaço público digital*.

Se era consagrada a ideia de espaço público enquanto um espaço comum, já numa perspectiva nova, fala-se de uma fragmentação desse espaço em, ao menos, duas dimensões: um espaço público físico, o local onde as pessoas se encontram fisicamente umas com as outras, e o espaço público digital, no qual aparece a “criatura digital” que representa as pessoas, transmitindo o que elas podem ou não pensar (CABRAL, 2015).

Ao se falar de espaço público digital, deve-se antes compreender o que é espaço público, sobretudo numa perspectiva discursiva. A esfera pública (espaço público), que se constituiria em certa oposição à esfera privada, de acordo Arendt (2007), é o lugar em que a visibilidade garante a existência das coisas e onde os humanos se encontram enquanto mundo comum. Eis o duplo sentido da esfera pública arendtiana, a publicidade e um espaço comum.

Para se participar da vida pública, a vida no espaço público se faz eminentemente por meio da palavra, de modo que o espaço público é compreendido pela filósofa como o lugar da ação coletiva e organizada dos cidadãos com vistas às questões públicas. Nessa perspectiva, pode-se

dizer que “o espaço público está para além do físico, porque é o *locus* onde os discursos tornam-se possíveis e os atos tornam-se publicitados como vitrine” e, portanto, ele “é o lugar do diálogo entre as diferentes instâncias sociais, estatais e não estatais, do agir livre e coletivo” (NASCIMENTO, 2018a, p. 244).

Nascimento (2018a, p. 244), ao partir de Arendt¹ (2007), em direção a uma perspectiva que faz dialogar estudos bakhtininos e retóricos (PAULA; SEVERO, 2009; SEVERO, 2007), afirma ser esse espaço público um “lugar privilegiado de produção, visibilidade e circulação de certos discursos e gêneros discursivos, se alimenta, portanto, dos diferentes valores e ideologias do mundo da vida” (NASCIMENTO, 2018a, p. 245). Essa perspectiva é produtiva, uma vez que o espaço público atualmente não se limita ao lugar de debates políticos e de cidadania, todavia se coloca em público todas as questões que afetam os sujeitos, ainda mais em tempos de redes sociais.

Nesse novo momento em que as novas tecnologias dominam, ainda mais após a pandemia da Covid-19, a fragmentação do espaço público só se acentua e esse novo espaço, o espaço público digital, transforma “o que era um espaço de debate num espaço de exposição de ideias e situações sem espera de resposta discursiva” (CABRAL, 2015, p. 14). Tornou-se não apenas um lugar para debates regrados, mas sobretudo propício para interações e discursos polêmicos.

O advento da *Web 2.0* e do surgimento das redes sociais digitais traz para a cena digital o centro das discussões e dos debates públicos que antes ocorriam em lugares institucionais físicos. Segundo Lévy (1999), o mundo se direciona cada vez mais para o *ciberespaço*, isto é, o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92). Tal realidade digital crescente evidencia o surgimento do que o autor chama de *cibercultura*, um universo sem centro nem linha diretriz, “que se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas” (LÉVY, 1999, p. 111).

Ora, o que importa compreender a respeito desse universo *ciber*, digital, é que ele rompe com a configuração do discurso físico, permitindo uma comunicação mais horizontal e livre, com menor vinculação a

¹ O autor não deixa de levar em consideração as discussões de Habermas (2014) sobre esfera pública, sem, contudo, se filiar a seu modelo.

estruturas hierárquicas (LÉVY, 1999). Além da liberdade – o que propicia a livre discussão, a troca comunicativa polêmica, quando não mesmo violenta –, deve-se também compreender que o *ciberespaço*, conforme o próprio Lévy (1999), é um sistema de sistemas, o que o faz, no entanto, o *sistema do caos*: tudo pode ser compartilhado, inclusive entre as diversas redes, em diversos tipos de modalidade (multimodalidade), facilitando o alcance de qualquer ideia a um número maior de pessoas: um vídeo publicado no *Youtube*, por exemplo, pode ser compartilhado no *Twitter*, atrelado (ou não) a alguma mensagem como legenda e, este *tweet* ser compartilhado no *WhatsApp* etc. Há inúmeras possibilidades de compartilhamento. É inegável, portanto, que o espaço público vem se tornando cada vez mais o espaço do “publicado”.

Há quem fale de nova “esfera pública discursiva” (FERREIRA, 2010), ou de *Ágora digital*,² ou quem considere como espaço público digital (CABRAL, 2015), fruto do espaço público *online* (PINTO, 2017). Neste trabalho, consideramos o espaço público digital como um lugar de interação discursiva, em que é possível analisar a produção, a circulação e a recepção de discursos em que os sujeitos *online* buscam participar, de algum modo, da vida pública, e mais especificamente política.

De fato, nos últimos anos, a política tem estado cada vez mais presente nas redes sociais. Basta lembrar da eleição do agora ex-presidente Donald Trump, e da forma como ele governava (publicando seus atos e opiniões pelo *Twitter*), estilo prontamente copiado pelo presidente Jair Bolsonaro (quem, a propósito, teve consultoria do mesmo estrategista da campanha de Trump, o ex-assessor presidencial Steve Bannon). Veremos mais adiante que há motivos para que o *Twitter* seja a plataforma digital escolhida para figurar como o centro das trocas comunicativas políticas e,

² Se, em tempos retóricos, na Grécia antiga, chamava-se o espaço público da palavra de *Ágora*, podemos, por inferência, compreender que estamos diante, em tempos de *cibercultura e ciberespaço*, de uma *Ágora digital*, esta diferente daquela sobretudo pela menor hierarquização das relações sociais e pela maior liberdade orgânica de alcance e capilarização dos discursos que nela circulam. Assim também defendem Campos Dutra e Oliveira (2018), para quem a comparação se mostra pertinente sobretudo por ter sido a *Ágora* o lugar de desenvolvimento comunicativo da *polis*. Ancorados nos pressupostos de Lévy (1999), tais autores consideram que o atual momento da comunicação midiática (das novas mídias) se direciona para o surgimento de uma *ciberdemocracia*, isto é, uma democracia que tem como cenário principal de representatividade as trocas comunicativas em mídias sociais digitais.

notadamente, da militância digital, fenômeno que Husson (2016) chama de *militantismo 2.0* (em referência à web 2.0).

Por ora, importa compreender que a maneira como se organiza tais plataformas digitais expõe uma *tecnologia discursiva* (PAVEAU, 2013) marcada pela heterogeneidade e pela liberdade que facilita a tomada da palavra. O *Twitter*, como outras plataformas digitais e redes sociais, deu voz a muitos anônimos que nunca tiveram a chance de se fazerem ler (ouvir) e, ao mesmo tempo, de fortalecer os seus próprios valores ao acompanhar (seguir) e frequentemente compartilhar (*retweetar*) discursos que se alinham às suas visões de mundo. Nesse sentido, o *Twitter* se torna, de fato, uma considerável região do espaço público digital do qual os atores políticos se valem, ao entender o seu funcionamento, para sedimentar identidades e influenciar ativismos dos usuários contra todo discurso divergente daquele de sua própria crença, sua própria *doxa*.

Seixas (2019), a esse respeito, afirma que a noção retórica de *doxa*, isto é, o conjunto de saberes de opinião que se padroniza na defesa de um determinado ponto de vista, é importante para a compreensão dos conflitos discursivos. As *doxas*, por assim dizer, seriam opiniões compartilhadas, coletivas, que servem de base para a justificação de certos posicionamentos. O *Twitter*, nesse sentido, pela sua menor hermeticidade e hierarquização, facilita ao analista a identificação das *doxas* que sustentam os posicionamentos defendidos nos diferentes *tweets*, já que os sujeitos aí expõem suas opiniões mais livremente.

Sendo assim, as características já acima destacadas dessa nova era da internet, da Web 2.0, em especial do *Twitter*, fazem com que se torne possível investigar não só a existência de eventos argumentativos que são publicados nestas redes, mas também de perceber a própria construção e configuração de tais eventos, posto que as redes sociais se colocam como o novo espaço de trocas comunicativas de ordem político-social. Veremos, a seguir, antes de adentrar na análise do evento em si mesmo, como se dá a construção retórica de um evento polêmico.

3 Da construção do evento ao evento polêmico

Ao se estar ante uma polêmica, é possível que haja ali em funcionamento um *evento polêmico*. Mas, afinal, o que seria um evento na análise do discurso? Moirand (2014), ao trabalhar com o conceito de

événement, não deixa de precisar, em uma nota de rodapé, que tal conceito possui duas possibilidades de tradução em algumas línguas. É o caso, por exemplo, do português, em que temos tanto a possível tradução como *evento* quanto como *acontecimento*. Em inglês, semelhantemente, tem-se hoje *event* e *happening*, significando, a propósito, coisas relativamente distintas.

Na língua portuguesa e, em especial, no Brasil, a diferença entre *evento* e *acontecimento* é sobretudo conceitual, muito mais que semântica. Nos estudos discursivos, cada uma dessas palavras vira conceitos epistemologicamente distintos: reconhece-se a teoria chamada *semântica do acontecimento*, sobretudo com o professor Eduardo Guimarães como expoente, inspirada nos pressupostos da análise do discurso pêcheutiana. Não se deve passar despercebido o fato de o terceiro livro de Michel Pêcheux, de 1983, *Le discours: structure ou événement* ter sido traduzido justamente como *O discurso: estrutura ou acontecimento*.

Em Pêcheux, o acontecimento relaciona-se à estrutura, todavia no sentido em que ele é “o que foge à estrutura” (POSSENTI, 2009, p. 120). Assim o acontecimento é gerado pelo acontecimento histórico, tornando-se discursividade na qual se encontram uma atualidade e uma memória, possibilitando a inscrição do acontecimento no interdiscurso. Desse modo, o que interessa à análise do discurso, e não apenas à perspectiva pêcheutiana, não é o acontecimento em si ou o evento empírico, mas aquele que é resultado de certo labor interpretativo, o fato histórico.

No entanto, ancorados em uma perspectiva dialógica, de ordem mais fenomenológica, temos o conceito de *evento* como fundamental, fato pelo qual temos preferência por este termo. Mikhail Bakhtin (2010), em *Para uma filosofia do ato responsável*, trabalha com a noção de evento “como o processo de irrupção de entidades, ou objetos, no plano histórico concreto (*geschichtlich*), como a presentificação, ou apresentação, dos seres à consciência viva, isto é, situado no concreto” (SOBRAL, 2010, p. 26). Nesse sentido, o evento é um processo de atualização em que o repetível se torna irrepetível no aqui e no agora, compreendendo a relação entre produto e processo.

Moirand (2007), ao estabelecer uma relação entre o evento e a memória discursiva, fundamental em sua construção, aproxima a perspectiva bakhtiniana da perspectiva da análise do discurso de linha francesa (ADF), a partir do empréstimo das noções de *memória discursiva* e *interdiscurso* (J. J Courtine e M. Pêcheux, respectivamente) para a

construção do que viria a chamar de *memória cognitivo-discursiva*. De fato, todo evento se estabelece, em sua própria configuração, como um lugar de encontro de discursos, um diálogo (no sentido bakhtiniano) constante de discursos de onde emerge o sentido.

Para Moirand (2014), o evento é um ato de julgamento dos sujeitos a respeito de algo que acontece (o *happening*), e ele é sempre um ato potencialmente polêmico, uma vez que, frequentemente, os eventos se constroem não apenas em diálogo positivo com outros eventos, mas também em completa contradição a eles. A linguista, ancorada nessa perspectiva, propõe analisar o evento a partir da designação de palavras que o descreve – palavras que são, desde sempre, segundo Angenot (2008), *palavras-valores*, na medida em que condensam, em seu sentido, os valores que fundamentam a possibilidade/adequabilidade de serem ditas em determinado contexto, como forma de defesa de certas posições ideológicas ou pontos de vista.

Com efeito, é possível entender que o evento, num confronto de discursos polêmicos, revela-se inegavelmente um fenômeno retórico. Moirand (2014) afirma, influenciada por Quéré (2013), não bastar para a configuração de um evento a sua ocorrência, mas sobretudo a forma como ele será percebido, interpretado e narrado: “discursivizado”, portanto. Para Moirand (2014), a análise do discurso é fundamental a esse respeito, posto que permite perceber os por ela chamados “trajetos semânticos”, os quais

seguem os dizeres sobre o evento, através de seus atores, seus atos, suas ações e seus dizeres, que, ao passarem de um enunciador a outro, estes trajetos semânticos testemunham a eventização de um fato do mundo através dos ecos memoriais que ricocheteiam de uma formação discursiva a outra³ (MOIRAND, 2014 p. 9).

Todavia, tais dizeres excedem apenas a forma de palavras (ainda que estas sejam, de fato, centrais) e tais trajetos semânticos podem ser percebidos também na própria movimentação do discurso como um todo,

³ [...] “trajets sémantiques » que suivent les dires sur l'événement, à travers les acteurs, leurs actes, leurs actions et leurs dires, et lorsqu'ils passent d'un énonciateur à un autre, et que ces trajets sémantiques témoignent de l'événementialisation d'un fait du monde à travers les échos mémoriels qui ricochent d'une formation discursive à une autre” [texto original].

seja no nível da palavra, seja no nível dos enunciados de modo mais amplo. No caso aqui em análise, por exemplo, apesar da existência da palavra *impeachment*,⁴ bastante polêmica, no Brasil, outros enunciados a partir dessa palavra ajudam na construção do evento polêmico *impeachment* de Bolsonaro.

É importante salientar, conforme afirma Seixas (2019), que a enunciação de uma determinada palavra revela, mais profundamente, uma série de lógicas argumentativas, as quais, numa polêmica, configuram-se de maneira necessariamente antagônicas. A tentativa de criação do evento *impeachment* de Jair Bolsonaro a partir de uma série de outros eventos concomitantes desde a sua entrada na Presidência – mas tendo se acentuado neste período de pandemia – pode ser compreendida por meio da investigação de algumas enunciações em interações digitais, as quais evidenciam o caráter flagrantemente polarizado em que ainda se encontra o Brasil.

Tal movimento hermenêutico é, portanto, retórico, já que se coloca como uma ferramenta de análise de interações discursivas polêmicas, argumentativas por excelência, mas que, para além da proposta persuasiva, ainda evidenciam o poder criativo do discurso, isto é, o poder de configurar eventos que levam as pessoas a terem uma certa compreensão da realidade social em detrimento de outra qualquer. Isto posto, cumpre dizer que a compreensão da criação deste evento parte de uma anterior compreensão de como se configura um evento polêmico.

A noção de *evento polêmico* foi desenvolvida por Nascimento (2018a) como hipótese para estudar a polêmica entre LGBTs e cristãos em torno da aprovação do Projeto de Lei Anti-homofobia (PLC122/2006), o qual visava tornar crime o preconceito e a discriminação aos LGBTs. Tal noção funda-se na perspectiva teórico-metodológica denominada de “análise dialógica da argumentação”. Esta resulta do encontro epistemológico entre a *Filosofia do ato responsável*, texto produzido entre 1920-24, fundamento do dialogismo de Bakhtin (2010, 2011, 2013), e o *Tratado da argumentação: a nova retórica* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

A nova retórica, lançada em 1958, retorna aos princípios basilares da tradição de Aristóteles, voltando-se para a teoria do discurso persuasivo na tentativa de responder à questão de como fundamentar os juízos de

⁴ A esse respeito, ver Seixas (2019).

valor em bases que não fossem irracionais. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) encontraram, por assim dizer, resposta à questão na lógica do valor, presente na antiga retórica e na sua parceira, a dialética. Eis, portanto, uma nova retórica que se centra não mais na elocução, contudo, na invenção.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4), ao se filiarem a Aristóteles (2007), em cuja sistematização apresentou essa arte como uma técnica de persuasão, asseguram que o objetivo da teoria, que ora apresentam, é “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”; ou mais especificamente, “apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 8). Com isso, o *Tratado da argumentação*, levando em conta a linguagem natural, rompe com a cisão entre a ação sobre o entendimento e a ação sobre a vontade, como se tivesse tratando de coisas distintas, ou “a primeira como pessoal e intemporal e a segunda como totalmente irracional” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 52-53).

A nova retórica reabilita os estudos retóricos e torna possível análises argumentativas em diferentes gêneros discursivos. No entanto, privilegia o acordo sobre o plausível e o aceitável, tendo-o como ideal, de maneira que o “o *dissenso* deve ser superado a todo custo” (AMOSSY, 2014, p. 22). Assim, ela não contempla analiticamente os tipos de interação que não sejam possíveis de conduzir a esse acordo, deixando de fora os estudos da polêmica (PLANTIN, 2003). Com vistas a compreender não apenas o acordo, mas também o desacordo profundo, leia-se o *dissenso* e a polêmica, Nascimento (2018a, 2018b, 2019a) aproximou, então, o dialogismo de Bakhtin da teoria da argumentação de Perelman, apontando para uma relação argumentativa profundamente dialógica – já que haveria apenas vestígios dialógicos na nova retórica (LEITÃO, 2011; PLANTIN, 2008). No seio desse encontro epistemológico dialógico-argumentativo, recebendo contribuições de ambas as tradições discursivas, que é possível pensar teórica e metodologicamente o evento polêmico.

Ao levar em consideração o conceito de ato responsável – que é o ato de um sujeito único, responsivo, responsável e situado –, discutido por Bakhtin (2010), a noção de evento é uma espécie de ato abarcador, um macroato. Assim, na perspectiva bakhtiniana, o evento engendra uma relação entre produto, atividade-tipo, e processo, ato-atividade. Por ser assim, ele dá vida ao que está no plano abstrato, atualizando o

inteligível no mundo sensível, o que pressupõe ao menos o encontro entre duas consciências. E, ainda, pode-se dizer que mesmo dois sujeitos estando participando de um mesmo evento, cada um o percebe de maneira diferente, uma vez que eles ocupam, cognitivamente, no tempo e no espaço, centros diferentes de valores que modulam a maneira como apreendem o que está sendo visto.

A partir dessa perspectiva, a noção de evento polêmico diz respeito ao “encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem os sentidos de um mesmo objeto do discurso” em um certo espaço discursivo (NASCIMENTO, 2018a, p. 204). Mas, em tempo, o que podemos entender como polêmica?

A noção de polêmica em que essa perspectiva se baseia, encontra-se, sobremaneira, no dialogismo polêmico desenvolvido por Bakhtin (2013) em *Problemas da poética de Dostoiévski*. Nas obras de Dostoiévski, tem-se a presença de personagens que amam e odeiam os valores uns dos outros, existindo, portanto, uma consonância e um conflito de vozes e cosmovisões, o que sinaliza para mundos irreconciliáveis. Nesse sentido, Bakhtin (2013) mostra que há a presença de um discurso bivocal nos romances dostoiévskianos, em que os personagens vão da polêmica velada, na qual o discurso alheio é atacado indiretamente, à polêmica aberta, cujo discurso alheio se converte em objeto explícito de oposição.

Dessa visão bakhtiniana e de seu fundamento filosófico e antropológico, em diálogo com os estudos da polêmica, empreendidos por Maingueneau (1983, 2008, 2015), Angenot (2008, 2015) e Amossy (2014), mas também sob influência de Max Scheler (1942, 2001), uma fonte filosófica de Bakhtin, NASCIMENTO (2018a; 2019a; 2019b) propõe a perspectiva de que a polêmica é um desacordo profundo, motivada por um ódio aos valores do outro. Desse modo, o evento polêmico se caracteriza por ao menos três elementos fundamentais:

primeiro, há um encontro hostil de dois posicionamentos sobre um mesmo objeto, o que forma uma polarização em dois campos discursivos antagônicos, resultado de um ódio aos valores do outro. Segundo, há uma maneira divergente entre os campos de hierarquizar os valores e posicionamentos em cada campo. Terceiro elemento, há uma atualização de entidades geradas por outras polêmicas, passíveis de identificação. (NASCIMENTO, 2019b, p. 10).

Em um evento polêmico, os sujeitos posicionados em campos adversos interpretam os fenômenos não apenas de maneira diferente, mas, sobretudo, divergente, justamente porque os sentidos se constituem a partir do lugar de onde os sujeitos olham, interpelados pelos valores, ideologias e, portanto, pela memória discursiva própria a cada campo. Por isso, as palavras, os argumentos e todo processo argumentativo, o que Nascimento (2018a) designa de *atos polêmicos*, são energizados, semântica e discursivamente, pelo evento polêmico. Assim, ao se mobilizar tal categoria analítica, não apenas se descreve os argumentos polarizados, mas se busca compreender como os sentidos dos argumentos se atualizam em cada lado da polêmica, gerando a interincompreensão e impossibilitando, na maioria das vezes, a construção de um acordo.

Assim como um enunciado é sempre uma resposta e suscita outras respostas (BAKHTIN, 2011), o evento polêmico também o é, e ele suscita respostas que vão desde a interação polêmica a ações outras no mundo. Desse modo, um evento polêmico no espaço público digital, como é o caso do enunciado “#impeachmentoumorte”, pode gerar atos polêmicos, enquanto respostas de apoio ou de oposição, tanto em outras redes sociais quanto em manifestações presenciais, institucionais etc. O analista, portanto, pode buscar compreender como esses atos são energizados por aquele evento polêmico, analisando seus percursos e apontando seus efeitos possíveis.

3.1 Interações digitais polêmicas: o *Twitter* e a sua gramática

Como já afirmado anteriormente, o *Twitter* tem sido, há algum tempo, o local por excelência das interações polêmicas – ou seja, como defendemos aqui, uma regionalização do espaço público político. Paveau (2013) o descreve como uma comunidade discursiva, ou melhor, “tecnodiscursiva”, por meio da qual os usuários interagem e compartilham sentimentos e pensamentos de maneira mais livre, e parte disso se dá pela própria organização *tecnoescritural* da rede social. Conforme capitaneia Paveau (2013), a rede possui as seguintes possibilidades de atividades discursivas: 1 – *tweetar* (tuitar), isto é, escrever um *tweet*, uma mensagem curta de no máximo 280 caracteres; 2 – responder a um *tweet*, dialogando com ele; *retweetar* (retuitar), marcado pelo símbolo RT (ou MT, quando há alguma modificação); *livetweetar*, que se trata de acompanhar, ao vivo, algum acontecimento. O *livetweet*, nesse sentido, “supõe a adoção de uma *hashtag*, sinalizada pelo símbolo #, que torna a palavra clicável,

permitindo, assim, acessar, de maneira hipertextual, o conjunto de *tweets* contendo a *hashtag* em questão”⁵ (PAVEAU, 2013, p. 17, grifo nosso). Há também, ademais, a possibilidade de envio de mensagens privadas, conhecidas como DM (*direct message*). Esta é a única maneira de uso privado da rede, não sendo tal recurso muito usado, ao menos no Brasil, cuja rede de mensagens instantâneas privadas costuma ser o *WhatsApp*.

Pois bem, segundo Paveau (2013), cada plataforma digital possui seus recursos que, para muito além de meras ferramentas de navegação, colocam-se como verdadeiros configuradores do como dizer e como interagir nesta rede, passando a compreender, portanto, uma função cognitivo-discursiva, isto é, remetendo-se às formas de pensar a realidade, interpretar os sentidos e comunicar linguagens nessa rede social. A organização acima descrita, a propósito, torna possível compreender que é própria da rede *Twitter* a comunicação publicada, e majoritariamente pública, a qual favorece interações digitais públicas de diversos tipos, inclusive as de cunho político e ideológico e, frequentemente, de ordem polêmica. A facilidade de escrita de um *tweet*, a sua capilaridade, multiplicidade e a possibilidade do *retweet* – esta última característica favorecendo a multiplicação de discursos por meio do processo de identificação discursiva – torna o *Twitter* um ambiente de ecologia tecnodiscursiva (PAVEAU, 2013). Trata-se, por assim dizer, de uma ecologia *tecnodiscursiva* porquanto permite a interação, na atividade de *tweetar*; de uma série de intervenções discursivas, de várias ordens e por meio de distintas modalidades (inclusive podendo, por meio de hiperlinks, trazer informações – imagens, vídeos etc. – de outras redes).

Tal ambiente – múltiplo, complexo e ao mesmo tempo de simples navegação e de fácil replicação de discursos – possui tamanha capilaridade, segundo Paveau (2013) afirma, que os seus produtos discursivos, organizados pelo recurso das *hashtags*, tornam-se rapidamente expandidos, não só na própria rede *Twitter*, mas também em outras redes sociais e de *microblogs*. A importância que a *hashtag* assume, nesse sentido, é fundamental para a própria configuração do evento polêmico e também para a sua publicidade, conforme veremos a seguir.

⁵ “suppose l’adoption d’un hashtag (ou mot-clic ou balise pour les Québécois), signalé par le symbole #, qui rend le mot cliquable, en permettant alors d’accéder de manière hypertextuelle à l’ensemble des tweets contenant le hashtag en question” [texto original].

3.1.1 As hashtags como palavras-argumento e os enunciados-matriz

As *hashtags* operam como forma de metadados sociais (ZAPPAVIGNA, 2015), isto é, no sentido de que tais metadados são descrições feitas pelos usuários que marcam, etiquetam, o conteúdo/objetivo de seu *tweet*. Nesse sentido, a *hashtag* funciona, em primeiro aspecto, como um recurso de agregação de dados acerca de um determinado assunto ou evento. Em nossa análise, como já antecipado aqui e alhures, e como será aprofundado a seguir, as *hashtags* #impeachment, #impeachmentdebolsonarourgente, #impeachmentoumorte agrupam, em si, os diversos *tweets* que dizem/disseram respeito, em maior ou menor medida, a esse assunto. Um analista, intencionado em pesquisar o que se anda falando, no *Twitter*, sobre um determinado assunto, pode fazer, por exemplo, uma busca pelas *hashtags* que agrupam e organizam tais discursos.

Em uma análise mais aprofundada, entretanto, e que mais nos interessa aqui neste artigo, as *hashtags* são importantes recursos cognitivos na construção e/ou manutenção de um evento, qualquer que ele seja. Dito de outra maneira, tais recursos são fundamentais na própria configuração dos sentidos de um evento, pois reúnem (apenas para tocar em um dos aspectos cognitivos) o que se considera fazer parte daquele tipo de discussão, isto é, a categorização dos fatos, personagens, conceitos e eventos. Paveau (2013) nomeia as *hashtags*, dentro de sua perspectiva, como *tecnopalavras*. Nesse sentido, para além de organizadoras de informações, as *hashtags* recobrem as funcionalidades já consagradas das palavras no discurso, tornando-se uma arena de batalha simbólica em que os sujeitos disputam os seus sentidos e o direito de dizê-las.

As *hashtags*, sobretudo dentro de uma perspectiva de discursos de militância política nas redes sociais, passam a funcionar como *palavras-argumento*, isto é, palavras que condensam, em sua enunciação, “conteúdo metadiscursivo denso que funciona como apelos a pré-discursos [...] de ordem argumentativa”⁶ (HUSSON, 2016, p. 106, tradução nossa). Com efeito, o uso de uma *hashtag* (e não outra qualquer) para etiquetar uma mensagem é já um ato eminentemente argumentativo. Veremos adiante que, como resposta ao #impeachment, #impeachmentdebolsonarourgente e também ao #impeachmentoumorte levantados pelos usuários críticos ao governo Bolsonaro e ao que ele representa, outros usuários,

⁶ “contenu métadiscursif dense fonctionnant comme appels à des prédiscours [...] d’ordre argumentatif”. [texto original].

defensores do presidente, passaram a se unir para levantar as *hashtags* #BolsonaroOrgulhodoBrasil, #BolsonaroAte2026, e suas variantes.

Propomos, a esse respeito, chamar tais *hashtags* de “enunciados-matriz”, isso porque, muitas vezes, como é o caso acima, as *hashtags* passam a ser verdadeiros enunciados. Não se está querendo aqui dizer, obviamente, que as palavras, em sua singularidade, não constituam enunciados propriamente ditos, mas tão somente chamar atenção para o fato de que, cada vez mais, torna-se comum o uso de enunciados cristalizados como formas de organização tópica e discursiva para além da palavra. Trata-se, por assim dizer, de um *enunciado-matriz*, na medida em que serve como base para uma rede de outros discursos e de outras *hashtags* em diálogo mútuo constante, o que aponta para a existência de uma ecologia discursiva muito presente no *Twitter*. Ou seja, as *hashtags* funcionam como estruturadoras dos atos polêmicos energizados e constitutivos de certo evento polêmico.

De fato, as *hashtags*, afirma Zappavigna (2015), para além da organização discursiva, implica um serviço de relações interpessoais, favorecendo a criação de comunidades identitárias. Em uma polêmica política, em que tribos culturais se colocam em confronto, as *hashtags* passam a ser, portanto, a marcação cognitivo-discursiva que reúne repertórios retóricos de argumentos e discursos de um lado e de outro da polêmica. Veremos, a seguir, como esse fenômeno ocorre e se organiza ao analisarmos o evento polêmico *impeachment* de Bolsonaro.

4 #impeachmentoumorte: o evento polêmico

Pode-se dizer que, como um todo, o *impeachment* de Bolsonaro é um grande evento polêmico que se desdobra desde 2019, mas o que nos interessa aqui é o evento iniciado por um ato polêmico específico. No dia 15 de janeiro, impulsionado pela terrível crise de oxigênio em Manaus e numa crescente revolta de internautas, o Deputado Marcelo Freixo *tweeta* o enunciado “Impeachment ou morte”. Dois sentidos logo se despontaram: o primeiro diz respeito ao pedido de *impeachment* a fim de evitar mais mortes por irresponsabilidade do Governo Federal, sentido esse intencionado, segundo justificou o próprio Deputado, em *tweet* posterior, “impeachment ou mais mortes”. O segundo sentido, alegado por apoiadores do então presidente, é de que Freixo estaria pedindo ou planejando a morte de Bolsonaro. Eis o *tweet*:

Tweet 1 – Enunciado-matriz



Fonte: *Twitter*.

Em um evento polêmico, os discursos se antagonizam, em vários níveis, instaurando interincompreensões, desde o uso das palavras, dos argumentos defendidos e até mesmo as estratégias de discurso empreendidas, gerando, portanto, divergência de sentido. Esse sentido divergente se dá porque há o efeito da memória discursiva atuando, a qual é a condição de todo e qualquer sentido, inclusive, na polêmica. Moirand assegura que “não somente os dizeres são portadores de memórias [...], mas certas construções inscrevem discursos antagonistas e certas palavras [...] ou mesmo certos semas [...] transportam consigo a memória dos eventos que eles designam”⁷ (MOIRAND, 2007, p. 5).

Sendo assim, Marcelo Freixo, ao *tweetar* “impeachment ou morte”, aciona a memória discursiva do famoso evento da Independência do Brasil, quando D. Pedro I, em 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, teria exclamado “É tempo! Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!”. É bem verdade que a grande maioria dos historiadores, como Marcos Costa (2016), autor do livro *História do Brasil para quem tem pressa*, e também o escritor Laurentino Gomes (2010), em seu célebre *1822*, nega a existência, ao menos nesses termos, da frase acima no contexto da independência. Segundo Gomes (2010), a cena conhecida como “grito do Ipiranga” não ocorreu exatamente como consta em nossa memória. Entre alguns mitos que se mantêm até hoje, um dos principais está justamente na forma do grito, que não teria sido, para o escritor, exatamente “independência ou morte”, mas algo relacionado a isso.

⁷ “[...] non seulement les dires sont porteurs de mémoire [...], mais certaines constructions inscrivent des discours antagonistes, et certains mots eux-mêmes [...] ou même certains semas [...] transportent avec eux la mémoire des événements qu’ils désignent” [texto original].

Boa parte do que hoje se conhece como o “grito do Ipiranga” se deve a um quadro muito famoso, pintado por Pedro Américo, em 1888, de nome “Independência ou morte” (GOMES, 2010). A forma heroica e imponente com a qual o imperador Dom Pedro I declara a independência segue, a partir de então, sendo contada como a versão dos fatos ocorridos e tal narrativa figura, ainda hoje, bastante presente em nossa memória discursiva. Levando em consideração que, na história dos discursos, o que mais importa é a maneira como os sentidos são passados de geração em geração e atualizados em todo novo ato enunciativo, a divisa “independência ou morte”, independentemente da real forma de sua ocorrência, segue nos remetendo, automaticamente, ao cenário da independência em 7 de setembro de 1822.

Vale um importante adendo. No dia seguinte, em 8 de setembro de 1822, Dom Pedro I, em proclamação aos paulistanos, informou que a independência era uma forma de defesa contra os planos dos “infames deputados” em Portugal, traidores da nação em Lisboa (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2008). A independência, nesse sentido, seria uma forma de revolução, um movimento de defesa contra possíveis mortes futuras pela não subserviência às vontades dos ditos traidores.

Ora, diante desse interdiscurso, uma questão automaticamente é levantada ao analisar tal ato polêmico: independência de quê? Mortes por quê? No contexto das ações contra a Covid-19 no Brasil, a palavra *independência* pode remeter ao sentido de estar livre de um governo que negou a pandemia até onde foi possível. Coube ao Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão por dar autonomia aos estados e municípios na gestão de combate à pandemia, diante da atitude do Governo Federal em tentar boicotar as medidas de isolamento social e apoiar tratamentos sem comprovação científica, como a Hidroxicloroquina e a Ivermectina, por exemplo.

A propósito, não só a defesa pública de tratamentos com medicamentos sem comprovada eficácia contra a COVID-19 se tornou o tom deste governo, como também a sua indiferença em relação à necessidade de investimento em vacinas contra a doença. Em disputa ideológica com a China, o governo Bolsonaro, antes de ceder e comprar alguns poucos milhões de doses do imunizante, tentou desconstruir a validade e eficácia da vacina. Para alguns políticos, entre eles o deputado federal Marcelo Freixo, as atitudes do governo, pela eventual negligência com a qual tratou (e ainda trata) a pandemia, contribuíram para o número

de mortes exacerbado no país. O *tweet* abaixo deixa claro como essa perspectiva foi assumida por críticos do governo federal:

Tweet 2 – Contra Bolsonaro 1



Fonte: Twitter.

No *tweet* acima, o usuário se refere à atitude da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em permitir a utilização da *Coronovac*, vacina de origem chinesa, apesar de todo o movimento do governo federal em impedir a sua validação. É possível perceber, no *tweet*, que o usuário republica (*retweet*) um vídeo da sede da ANVISA, em Brasília, no momento em que foram projetadas imagens do presidente Jair Bolsonaro acompanhado da acusação de “Genocida”. Na manifestação, apareceram também projetados “vacina já” e “fora capeta” (DCM, 2021). Esse conteúdo havia sido publicado, em vídeo, pela jornalista Malu Gaspar, colunista de *O Globo*. Ora, o usuário, cuja identidade foi mantida anônima por não se tratar de pessoa pública, ao *retweetar* tal mensagem, chancela o discurso que está sendo veiculado por aquela publicação, o que se torna claro pelo seu próprio comentário “Maravilhoso a Anvisa defender o povo nessa hora tão crítica. O negacionista que responda por seus atos”. É possível perceber, ademais, que tal julgamento do usuário é acompanhado pelas *hashtags* #impeachment e #ImpeachmentOuMorte.

Com efeito, o uso das *hashtags*, nesse caso, para além de apenas situar topicamente o assunto do *tweet*, torna-se uma maneira de protesto. Podemos, em um ato voluntarista de análise, compreender que o usuário afirma algo como “tendo em vista que o presidente não ajuda no combate à pandemia, devemos agradecer a Anvisa por ter feito o seu papel regulador”. A etiqueta de *genocida*, por assim dizer, relaciona diretamente o sentido do *tweet* com os sentidos por trás do enunciado-matriz *Impeachment ou morte*, algo como: “ou afastamos o presidente que nada faz para combater a pandemia ou teremos mais mortes em decorrência da doença”. A mesma postura discursiva é possível de ser vista no *tweet* abaixo (*Tweet 3*), publicado pelo professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), João Cezar de Castro Rocha.

Tweet 3 – Contra Bolsonaro 2



Fonte: *Twitter*.

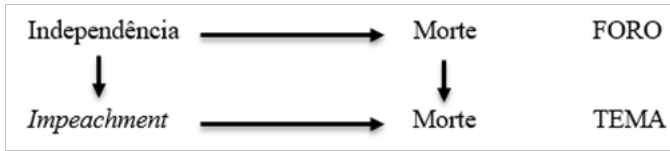
No *tweet* acima, o seu autor evoca o eventual confisco político executado pelo Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, como resposta à antecipação do governador de São Paulo, João Dória, na compra das vacinas *Coronavac*. Tal atitude foi vista por muitos críticos como uma clara e manifesta tentativa de não permitir ganhos políticos do governador – virtual opositor ao presidente Jair Bolsonaro nas próximas eleições de 2022 – em detrimento do que isso significaria em termos de ainda

mais atraso no processo de vacinação da população. De igual maneira, após afirmar que o “governo Bolsonaro não pode ficar impune: crime é crime!”, o autor finaliza com a *hashtag* #impeachmentoumorte. Ora, defendemos até aqui que as *hashtags*, para além de organizadoras tópicas, têm também importante função na configuração da polêmica, uma vez que, após avançar argumentos para esclarecer sua posição contrária às atitudes do governo Bolsonaro, o autor do *tweet* finaliza com a *hashtag* como forma de protesto, ou seja, como meio de cancelar um movimento de protesto (capitaneado pela *hashtag* em questão) em crescimento.

É importante ressaltar, de fato, que os *tweets* em análise são formas de argumentação. No *Tweet 2*, como vimos, temos um usuário que faz uma avaliação e comunica um julgamento. No *Tweet 3*, temos também um autor apresentando uma justificativa – a acusação de confisco político das vacinas por parte do governo Bolsonaro – para a defesa de uma posição, qual seja, a de que o “governo Bolsonaro não pode ficar impune”. Em ambos os *tweets*, temos argumentações que partem de justificativas para tomadas de posição, as quais convergem para a conclusão ulterior que figura exatamente nas *hashtags*: “diante de tais fatos, é necessário o *impeachment* ou teremos mais *mortes*, #*impeachmentoumorte*. Eis o “brado de protesto”.

A propósito, quanto ao evento polêmico do *Impeachment ou morte*, temos ainda um elemento retórico-argumentativo muito importante a ser analisado. A retórica nos ensina que certos tropos, isto é, figuras de retórica que estabelecem passagens de sentido (transitividade) entre um elemento e outro (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), geram, na cognição humana, um efeito de sentido automático quando trazidas no discurso. Trata-se de uma *transferência*, conforme afirmam os autores do *Tratado*, muito própria às analogias e às metáforas, mas que ganham, nesse caso em análise, um tom ainda mais específico. Isso porque ao dizer *impeachment ou morte*, em claro interdiscurso com o célebre *independência ou morte*, como já visto acima, cria-se uma relação cognitivo-discursiva automática de transferência entre os termos *independência* e *impeachment*, como se vê:

QUADRO 1 – Relação metafórica



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na relação descrita acima, tem-se uma operação metafórica de transferência do sentido entre os termos *independência* e *impeachment* assim como ocorre em uma analogia, pela qual, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), tem-se uma fusão de sentidos entre um elemento do *foro* com um elemento do *tema*. Levando-se em conta, ancorado nos autores do *Tratado*, que a metáfora pode ser concebida como uma analogia condensada, torna-se possível compreender que, em alguns casos, “os graus de contaminação entre tema e foro podem [...] ser muito variados. A fusão de termos do tema e do foro, que aproxima suas duas áreas, facilita a realização de efeitos argumentativos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 454).

É importante salientar, no entanto, que, apesar do mesmo elemento (morte) ser retomado no *foro* e no *tema*, ambos possuem ligeiramente sentidos distintos: o sentido de “morte” no *foro*, isto é, no campo semântico-discursivo da Independência do Brasil, tem relação com a morte em possível batalha militar como ato de resistência; já no *tema*, dentro do campo semântico-discursivo de uma pandemia, o sentido de “morte” se refere à consequência trágica da irresponsabilidade do Governo diante do combate à pandemia por coronavírus. Há, portanto, nessa transferência, uma mudança de sentido bem-sucedida, embora polêmica; uma condensação metafórica que se vale dos efeitos de sentido possíveis de serem apreendidos no/pelo interdiscurso e na/pela memória discursiva.

Nessa perspectiva, os valores que imbuíram, naquele evento histórico, a Independência do Brasil, imbuiriam também, no evento atual, uma nova independência do país, apenas possível por meio do *impeachment* do presidente Jair Bolsonaro. Em breve análise, é assim que faz sentido o enunciado no campo pró-*impeachment*.

Pois bem, essa transferência mostra, também, como um aparente simples ato discursivo pode se tornar um complexo elemento retórico na construção de um evento polêmico. Como já antecipado, a replicação da *hashtag* #ImpeachmentOuMorte e suas variantes passou a figurar

inúmeros *tweets* (alcançando os *trending topics* do *Twitter* no período), o que ocasionou, como resposta, um movimento de reação por parte dos defensores de Bolsonaro. As *hashtags* #fechadocombolsonaro, #BolsonaroAte2026, #BolsonaroOrgulhoDoBrasil, e suas variantes, passam a ser utilizadas em diversos *tweets* em defesa do presidente, tendo ou não relação direta com o evento polêmico iniciado pelo deputado Marcelo Freixo.

No campo bolsonarista, ou anti-*impeachment* de Bolsonaro, o *tweet* de Freixo é interpretado como a revelação de um plano para matar o presidente. Como esse sentido é possível? Se o sentido é produzido pela interpelação do interdiscurso e certa memória discursiva, aqui, não é diferente. Portanto, Marcelo Freixo, pertencente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), uma sigla de esquerda no Brasil, ao enunciar o *tweet* “Impeachment ou morte”, automaticamente aciona, na cognição de seus opositores, defensores de Bolsonaro – como se poderá ver nos *Tweet 4* e *Tweet 5* a seguir –, a memória do atentado sofrido por Bolsonaro, no contexto das eleições, em 2018.

O crime foi tentado por um homem de nome Adélio Bispo de Oliveira. No entanto, o que chama a atenção no acionamento dessa memória é que Adélio Bispo foi acusado, por algum tempo, de ter tentado cometer o crime a mando de algum político adversário ou de partido político de oposição. Adélio Bispo teve, em algum momento de sua vida, relação com o PSOL, e tal fato bastou para que os defensores do presidente Jair Bolsonaro, então candidato à Presidência, alegassem participação desse partido no atentado, de modo que ainda hoje alegam conspiração da esquerda para a tentativa de assassinato. Segundo investigação da Polícia Federal, contudo, tais suspeitas não se confirmaram, uma vez que provou que ele teria agido sozinho (ZUBA; RAGAZZI, 2020).

No campo da direita bolsonarista anti-*impeachment*, atualiza-se dois argumentos que fazem parte do que Marc Angenot (2008) chamou de “arsenal argumentativo” recorrente na modernidade. O *arsenal argumentativo* seria um conjunto de ideias, pode-se dizer argumentos, que são mobilizadas em um dado momento, consideradas razoáveis, prováveis, e, em outro, inúteis, estereis, absurdas; mas estão de algum modo sempre a se atualizar no discurso social. É o caso das ideias comunistas/anticomunistas, a lógica conspiracionista, a lógica do ressentimento etc.

Nos *tweets* em análise, o antissocialismo e o pensamento conspiratório fazem parte dessa recorrência e contribuem, por assim dizer,

para a interpretação operada pelos bolsonaristas do enunciado de Freixo. Desse modo, no campo bolsonarista, a esquerda, comunista/socialista, é vista como assassina, hegemônica, a qual seria responsável por matar milhões de pessoas no século XX e atuaria no Brasil através de diferentes partidos políticos, como, por exemplo, o PT e o PSOL, os quais estariam sob comando do Foro de São Paulo (FSP) – uma “hiperorganização” que congregaria organizações de esquerda. Os partidos e as pessoas de esquerda, ou mesmo aquelas que por acaso possuem traços esquerdistas ou compartilhem ideias socialistas, para o bolsonarismo, passaram a ser chamados de comunistas, havendo, portanto, transferência de um potencial assassino em seu DNA político-ideológico.

Isso não ressurge à toa. O principal pensador, cujas ideias ajudam a configurar a base intelectual do bolsonarismo e certo “anticomunismo” brasileiro, Olavo de Carvalho (PUGLIA, 2019) – influente na oposição ao FSP, em entrevista ao jornalista Pedro Bial da Rede Globo, em abril de 2019 – afirma: “Então falar mal de comunista, chamar comunista de assassino, de monstro, é inteiramente justificado, porque eles são realmente isso” (CARVALHO, 2019). Em seu livro mais vendido, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, há alguns artigos publicados em que o autor demoniza a esquerda – seja comunista, socialista – como a pior máquina de matar de todos os tempos. “O socialismo matou mais de 1000 milhões de dissidentes e espalhou o terror, a miséria e a fome por um quarto da superfície da Terra”, escreve Olavo de Carvalho, no *Jornal da Tarde*, em 2001, e é relançado em *O mínimo...* (2013, p. 119).

Tweet 4 – Pró-Bolsonaro 1

The image shows a screenshot of a Twitter thread. The main tweet is from Marcelo Freixo (@MarceloFreixo) posted on 15/01/2021 at 6:59 PM. The text of the tweet reads: "Marcelo Freixo é covarde, apagou o twitte em que ameaçava Bolsonaro de morte. Ai fica a pergunta é um hábito?Adélio tem mandante? PSOL? Mas o print é eterno!". Below the text is a link to a tweet that says "É impeachment ou morte." and shows 150 retweets and 1,734 replies.

There are two replies visible. The first reply is from an anonymous user (redacted) and says: "A ameaça de morte de @MarceloFreixo, virou Hashtag dos Esquedopatas no Twitter, Isso significa que o Presidente Bolsonaro, está correndo perigo de ser assassinado, sob o comando de Freixo. @AmendoncaMJSP @DefesaGovBr @carlojorjdy @jaibolsonaro (ImpeachmentOuMorte)".

The second reply is from Marcelo Freixo (@MarceloFreixo) posted 53 minutes after the first reply. The text says: "A escolha é impeachment ou mais mortes." Below this reply, there is a link to a Guardian article with the headline: "Bolsonaro wants to turn Brazil into one big Manaus," tweeted @MarceloFreixo "Our choice is between impeachment or more death." theguardian.com/world/20...".

Fonte: Twitter.

É essa interpelação de sentido que faz com que o *tweet* de Freixo seja interpretado não como figura de linguagem, mas como um possível plano para matar o Presidente Bolsonaro, como se pode ler de uma desconhecida usuária na sequência do *Tweet 4*. No primeiro *tweet* da sequência, a sua autora aciona a memória do atentado sofrido por Bolsonaro em 2018 e aponta uma possível ameaça existente mediante relação automática entre os dois eventos. Logo em seguida, em *tweet* de outra usuária, a autora evoca a mesma memória e a rotulagem que se tornou comum no processo de demonização da esquerda, a de “esquerdopata”. Ao insinuar ter o enunciado de Freixo se tornado uma *hashtag* importante no *Twitter*, a autora evoca os sentidos de um perigo real existente, por parte dos “esquerdopatas”, à *vida do presidente*. O mesmo ocorre, como se pode ler no *Tweet 5*, publicado pelo músico Roger Rocha Moreira (integrante de um *talk show* de rede nacional, *The Noite*, exibido no SBT). O músico associa, ainda mais especificamente, o *tweet* do pessolista Freixo ao ex-filiado ao PSOL, Adélio Bispo, cobrando do *Twitter* uma punição, uma vez que a empresa havia banido contas de usuários de extrema-direita nos Estados Unidos por incitar violência etc., exemplo máximo foi o banimento do ex-presidente Donald Trump.

Tweet 5 – Pró-Bolsonaro 2



Fonte: Twitter.

Destarte, tanto no *Tweet 4* quanto no *Tweet 5*, é possível ver o pensamento conspiracionista se atualizando no evento polêmico em questão. No primeiro, a internauta escreve: “Aí fica a pergunta: é um hábito? Adélio tem mandante? PSOL?”. Para a direita bolsonarista anti-*impeachment*, como não se conseguiu matar Bolsonaro em 2018, o plano

ainda estaria em marcha, agora explicitado pelo deputado. Assim, as perguntas feitas pela internauta podem ser interpretadas como perguntas retóricas, cujas respostas já são deduzidas pela premissa implícita: a esquerda, ou especificamente, o PSOL, conspira para matar Bolsonaro.

É importante observar ainda que os bolsonaristas não aderem à mesma *hashtag* #impeachmentoumorte, o que é comum no funcionamento da plataforma digital, uma vez que ela fortaleceria o discurso favorável ao *impeachment*, gerando maior engajamento no Twitter, no entanto, *retweetam*, como é o caso do músico Roger Moreira, o enunciado polêmico com a *hashtag* que marca um protesto favorável ao Presidente, #bolsonaroOrgulhodoBrasil. Já na sequência do *Tweet 4*, a internauta até cita o enunciado ImpeachmentOuMorte entre parênteses (sem figurar como *hashtag*), mas utiliza a *hashtag* #BolsonaroAte2026, em comentário-resposta a interactantes.

Como se pode ver nesta análise, essa polêmica em tela atualiza o sentido de outras polêmicas, permitindo também observar que, no evento polêmico em questão, há sempre um *eterno retorno do mesmo*, um conjunto de argumentos que sempre retornam: o *arsenal argumentativo* (ANGENOT, 2008). A interpretação no campo bolsonarista dá-se, portanto, interpelada não simplesmente por meras ideias, ideologias ou temas, mas por uma forma de decifrar o mundo, por um dispositivo cognitivo e hermenêutico (SEIXAS, 2019), por lógicas argumentativas, como designou Angenot (2008, 2015). Ou melhor, pode-se observar, nesta análise, que o bolsonarismo tende a ver o mundo via uma lógica conspiratória e um antissocialismo, cujos argumentos mobilizados fazem sentido à luz desse arsenal argumentativo que sempre ressurgem ao longo da modernidade.

5 Conclusão

Compreendemos que um ato polêmico, no espaço público digital, pode se manifestar como uma forma de protesto, em que um dos principais meios para tanto mostra-se ser as *hashtags*. Ora, em uma plenária política, espaço público por excelência, pode-se ver sujeitos levantando cartazes e placas com enunciados curtos de protesto contra ou a favor de certa questão – lembra-se aqui oportunamente da polêmica em torno da deposição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, em que, nas reuniões para instruir o processo na câmara dos deputados, via-

se, de um lado, placas “Impeachment já” e “Tchau, querida” e, de outro, “Impeachment sem crime é golpe” e “Não vai ter golpe”. No *Twitter*, uma região do espaço digital, também se pode observar tal fenômeno, só que numa complexa modalidade tecnodiscursiva, energizado, como neste artigo analisado, pelo evento polêmico *impeachment* de Bolsonaro.

As análises aqui feitas nos permitem afirmar, assim, que o enunciado “Impeachment ou morte” do deputado Marcelo Freixo instaurou um evento polêmico, suscitando reações e ganhando certas características: o enunciado veio a se tornar uma *hashtag* de protesto contrário ao presidente Bolsonaro em favor da vacina; ele tornou-se também um enunciado-matriz a partir do qual vários argumentos foram lançados, no campo discursivo imediato que se instaurou, para defender a necessidade do *impeachment* do presidente, isto é, para tentar criar clima político suficiente para o avanço de um dos pedidos de impedimento, caso contrário ter-se-ia mais mortes. Para tanto, a principal estratégia analisada foi a da *transferência* de sentido, o uso de analogias condensadas (relações metafóricas) cujo efeito principal consistiu em aproximar os sentidos de *independência* e de *impeachment*, possibilitando a conclusão automática do *impeachment* como *independência* do Brasil. Ademais, a análise também permitiu perceber que a *hashtag* *#impeachmentoumorte* tornou-se, em grande medida, um protesto, uma forma de discordar do sentido atribuído pelos bolsonaristas anti-*impeachment*, qual seja, o de que no *tweet* do deputado Freixo se revela um plano para matar o presidente – sentido possível por conta dos efeitos da memória discursiva do campo bolsonarista, evidenciado por um arsenal argumentativo que atualiza uma lógica conspiratória calcada em um antissocialismo.

Esses jogos de sentido e de interação fazem, portanto, parte de um evento polêmico, o qual nos permite compreender como os enunciados, posto que são imantados pelo interdiscurso e pela memória discursiva, podem ter sentidos divergentes para sujeitos posicionados em campos discursivos antagonistas no espaço público digital. Isso nos mostra a operacionalidade das noções acionadas e de como precisamos, enquanto analistas do discurso, ser sensíveis ao novo que surge e que se impõe a fim de lê-lo sob categorias teórico-analíticas capazes de se atualizarem para a compreensão da vivacidade da vida que se nos apresenta em suas singularidades, quer sejam no espaço físico ou no digital.

Declaração de autoria

Lucas Nascimento: Conceptualização; Investigação; Coleta e Curadoria de dados; Escrita – original; Metodologia; Análise formal; Escrita – análise e edição; Recursos. Rodrigo Seixas: Conceptualização; Investigação; Coleta e Curadoria de dados; Escrita – original; Metodologia; Análise formal; Escrita – análise e edição; Recursos.

Referências

AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3917/puf.amos.2014.01>

ANGENOT, M. *Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique*. Paris: Mille et Une Nuits, 2008.

ANGENOT, M. *O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*. São Carlos: EduFSCar, 2015.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Riddel, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo. “Independência ou Morte”: o brado em São Paulo ainda vibra no coração dos brasileiros. *Seção de Notícias*, 4. set. 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288450>. Acesso em: 1 mar. 2021.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CABRAL, C. F. L. *Espaço público digital e realidade virtual: abordagens teóricas*. 2015. 54f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015.

CARVALHO, O. de. Olavo de Carvalho fala com o imbecil coletivo Pedro Bial. *Planalto conversador*. 10 abr. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/FIHGYWESLFA>. Acesso em: 25 fev. 2021.

COSTA, M. *História do Brasil para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Editora Valentina, 2016.

DCM. Vídeo: Bolsonaro “Genocida” é projetado na sede da Anvisa. 16. Jan. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/video-bolsonaro-genocida-e-projetado-na-sede-da-anvisa/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DUTRA, D. C.; OLIVEIRA, E. Ciberdemocracia: a internet como agora digital. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, Passo Fundo, v. 6, n. 11, p. 134-166, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.11.134-166>

FERREIRA, G. B. The Internet as a Virtual Public Sphere – Forums Online and the Limitations of an Idea. *Medianali*, Dubrovnik, v. 4, n. 8, p. 1-10. 2010.

GOMES, L. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HUSSON, A-C. Les hashtags militants, des mots-arguments, *fragmentum*. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM, n. 48, Jul./Dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/fragmentum.v0i48.23295>

KRÜGER, A. Câmara acumula 62 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. *Congresso em foco*, Brasília, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/pedidos-de-impeachment-contrabolsonaro-veja-lista/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

LEITÃO, S. Apontamentos sobre o diálogo Perelman-Bakhtin. In: LEMGRUBER, M. S.; OLIVEIRA, R. J. (org.). *Teoria da argumentação e educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 57-70.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise de discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. *La sémantique de la polemique: discours religieux et ruptures idéologiques au XVII siècle*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

MOIRAND, S. Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse, *Corela : Cognition, Représentation, Langage*, Poitiers, HS-6, n. 1, p. 1-25, 2007. DOI : <https://doi.org/10.4000/corela.1567>

MOIRAND, S. L'événement « saisi » par la langue et la communication. *Cahiers de Praxématique*, Montpellier, n. 63, p. 1-25, 2014. DOI : <https://doi.org/10.4000/praxematique.2362>

NASCIMENTO, L. S. *Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político*. 2018. 557f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018a.

NASCIMENTO, L, S. Um diálogo entre a filosofia do ato e a argumentação: um caminho possível. In: AZEVEDO, I. C.; PIRIS, E. L. (org.). *Discurso e Argumentação: fotografias interdisciplinares*. Coimbra: Grácio Editor, 2018b. v. 2, p. 153-172.

NASCIMENTO, L, S. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 151-169, 2019a. DOI: <https://doi.org/10.22168/2237-6321-11395>

NASCIMENTO, L. A criminalização da homofobia como evento polêmico: o dissenso entre LGBTs e cristãos. *Revista Científica do Curso de Direito*, Vitória da Conquista, n. 3, p. 6-25, 2019b. DOI: <https://doi.org/10.22481/rccd.v0i3.6063>

PAULA, A. C.; SEVERO, C.G. Mikhail Bakhtin, Paul Ricoer e Hannah Arendt: Diálogos em torno do espaço público e das linguagens. *Revista da ANPOLL*, [S.l.], v. 1, p. 49-72, 2009. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i26.129>. Disponível: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/129/137>. Acesso em: mar. 2017.

PAVEAU, M-A. Genre de discours et technologie discursive: Tweet, twittécriture et twittérature, *Pratique : Linguistique, Littérature*,

Didactique, Lorraine, n.157-158, p. 7-30, 2013. DOI : <https://doi.org/10.4000/pratiques.3533>

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, S. M. D. S. *O debate democrático no espaço público digital: a participação política no espaço de comentários do Expresso no Facebook*. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Comunicação e Informação) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2017.

PLANTIN, Christian. Des polémistes aux polémiqueurs. In: DECLERCQ, G.; MURAT, M.; DANGEL, J. *La parole polémique*. Paris: Éditions Champion, 2003.

PLANTIN, C. *Argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PUGLIA, L. O anticomunismo militante de Olavo de Carvalho. SPG08 Direitas no Brasil Contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 43., Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2019. p. 1-24. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg08-6>. Acesso em: 24 fev. 2021.

QUÉRÉ, L. Les formes de l'événement. *MediAzioni*, Bologna, n. 15, p. 1-26, 2013. Disponível em: <http://mediazioni.sitlec.unibo.it>. Acesso em: 24 jan. 2021.

ROSCOE, B. Impeachment de Bolsonaro chega ao primeiro lugar nos Trending Topics do Twitter. *Poder 360*, 9. out. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/impeachment-de-bolsonaro-chega-ao-1o-lugar-dos-trending-topics-do-twitter/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SCHELER, M. *Esencia y forma de la simpatia*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1942.

SCHELER, M. *Ética: nuevo ensaio de fundamentación de un personalismo ético*. Madrid: Caparrós Editores, 2001.

SEIXAS, R. *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*. 2019. 433f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SEVERO, C. G. Por uma aproximação entre Bakhtin e Hannah Arendt. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 59-81, 2007.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 11-36.

ZAPPAVIGNA, M. Searchable Talk: The Linguistic Functions of Hashtags. *Social Semiotics*, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 1-18, 2015. DOI: 10.1080/10350330.2014.996948

ZUBA, F.; RAGAZZI, L. PF conclui em 2º inquérito que Adélio agiu sozinho e sem mandantes no ataque a Bolsonaro. *TV Globo Belo Horizonte*, 14 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/14/pf-conclui-em-2o-inquerito-que-adelio-agiu-sozinho-e-sem-mandantes-no-ataque-a-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2021.